

IDADE MÉDIA E CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Fabrizio Pedroso Bauab¹

Resumo

São, geralmente, desconhecidas as discussões de caráter geográfico que foram geradas ao longo da Idade Média. Ora por mero preconceito – teria sido o período uma mera “Idade das Trevas” a ser esquecido -, ora por pouco acesso a bibliografias que versam sobre o tema, tem-se, quase sempre, saltado diretamente da Antigüidade para o princípio da Idade Moderna quando se procura resgatar a história da Geografia. O presente artigo visa, ainda que timidamente, barrar um pouco este salto histórico. Para tanto, toma como discussão geográfica do período três temas: autores da Alta Idade Média que se debruçaram sobre informações tipicamente geográficas; as representações cartográficas do período; a utopia do Paraíso.

Palavras-chave: Geografia; espaço; cristianismo; cartografia; utopia.

MIDDLE AGE AND GEOGRAPHIC KNOWLEDGE

Abstract

The discussions generated about geography along the Middle Age are usually unknown. Sometimes for prejudice – the period would have been just a “Dark Age” to be forgetful -, or for not having access to the bibliography that teaches about this subject, nearly always, leaping directly to the Ancientes to the beginning of Modern Age when we try to rescue the History of Geography. The presente article tries to eliminante a little this historical leap, even in a very shy way. So that, it takes a geographical discussion of period three

¹ Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – campus de Francisco Beltrão. Membro do Grupo de Estudos em História e Epistemologia da Geografia (HEGEO). E-mail: fabriciobauab@hotmail.com.

topics: The High Middle Age that mention typically geographic information: the cartographic representation of that period; the heavenly utopia.

Key-words: Geography; space; christianism; cartography; utopia

Encerram-Vos, portanto, o céu e a terra porque os encheis? Ou, enchendo-os, resta ainda alguma parte de Vós, já que eles Vos não contêm? E, ocupado o céu e a terra, para onde estendereis o que resta de Vós? Ou não tendes necessidade de ser contido em alguma coisa, Vós que abrangeis tudo, visto que as coisas que encheis as ocupais, contendo-as? Não são, pois, vasos cheios de Vós que Vos tornam estável, porque, ainda que se quebrem, não Vos derramais. E quando Vos derramais sobre nós, não jazeis por terra, mas levantai-nos, nem Vos dispersais, mas recolheis-nos.

(Santo Agostinho, *Confissões*)

Introdução

Na Idade Média, as peregrinações ocorridas levando cristãos até a Palestina expressaram um contexto em que os *olhos da fé*, construídos nos valores absorvidos das Escrituras, recitados rotineiramente, desarticulavam espaço e tempo, descrevendo formas e situações que, em verdade, remetiam-se somente aos tempos e espaços contidos na Bíblia, fazendo dos lugares retratados nada mais do que meras marcas, símbolos de um passado desenrolado sobre um mundo afastado de sua atualidade:

Até porque a nossa redenção já havia começado na cidade de Nazaré pela encarnação de nosso senhor, onde a anunciação foi feita por um anjo, nós nos propomos a começar a nossa descrição por ela que está cerca de sessenta milhas distante de Jerusalém, e tocar de leve e igualmente os lugares que localizam-se entre este local e a Cidade Santa...esta mesma cidade, a qual está dez milhas de distância de Tiberias, é a principal cidade da Galiléia e é adequadamente chamada "A Cidade do Salvador" porque Ele foi nela recebido e nela cresceu: de onde Ele foi chamado Nazareno.

Nazaré é, sendo interpretada, uma “flor” ou um “arbusto” e é corretamente chamada, porque nela nasce a flor cuja fragrância envolve o mundo...Corre em Nazaré uma pequena fonte (legendária?) da qual Jesus na sua infância ia buscar água para a sua mãe. Uma milha de Nazaré na direção sul está o lugar chamado “o precipício” onde aqueles que encontraram Jesus queriam arremessa-lo e em nossos dias é chamado de “O Salto do Senhor”. Há duas milhas da cidade de Nazaré está a cidade de Sepphoris, na estrada que leva até Accon. Ana, a mãe de Maria, que foi a mãe de Jesus, era de Sepphoris...(STEWART *apud* KIMBLE, 2000, p.96).

O trecho acima reproduzido pertence à obra *Descrição da Terra Santa*, escrita por João de Würzburg no século XII^o. Chegando em Jerusalém, relata Kimble (2000), Würzburg descreve os lugares sagrados da Terra Santa, começando pela Igreja do Santo Sepulcro, passando pelo Portão de Davi. A narrativa segue descrevendo assuntos e a topografia bíblica e é singularmente destituído de informações testemunhadas com os próprios olhos (p.96). Tathan (1960), fazendo análise semelhante, ressalta que este tipo de peregrino, presente em um número maior entre os séculos XII e XIII, viajava preparado reverentemente para novas maravilhas e eram maravilhas com os olhos da fé que, ao voltar, descrevia (p.552).

Havia, como este exemplo das peregrinações demonstra, uma clara delimitação das possibilidades de conhecimento. E esta delimitação achava-se encerrada pelas verdades da fé cristã, verdades até certo ponto amareladas pelo fluxo de tempo que, por vezes, opõe-se ao intocável terreno do dogma. Mas, pela predominância do dogmatismo, pouco se percebia deste

² Em seu livro, *Geografia na Idade Média*, Kimble compara esta narrativa de Würzburg com uma outra narrativa feita por um peregrino árabe, na mesma época. Joannes Phocas assim descreveu o Líbano: *Monte Líbano... (é) uma grande montanha vestida num manto de neve, enfeitada por argolinhas, povoada por cedros e ciprestes e adornada com muitas árvores frutíferas das mais variadas espécies. O lado próximo ao mar é habitado pelos cristãos, enquanto os sarracenos vivem no lado que dá para Damasco e Arábia. Das ravinas e desfiladeiros nascem muitos rios que vão na direção do mar, belos e excessivamente frios na época em que as neves estão se derretendo, e esfriam as fontes que abastecem. No sopé desta montanha está Tripolis que foi construída no sítio de uma península; de uma pequena ponta, como um braço de rio que vem do Líbano, corre na direção do mar na forma de uma língua, elevando-se no seu limite oriental. Até o topo dessa terra elevada, o fundador desta cidade lançou as suas fundações...*(2000, p.97). Há, como ressalta Kimble, uma matéria geográfica mais nova em Phocas, se compararmos a sua descrição com a de Würzburg, além de uma maior fidelidade – bastante poética, é verdade – às verdadeiras feições geográficas do local descrito.

amarelar...Nestas peregrinações atesta-se algo inegável a todo saber oficial gerado dentro da sociedade medieval: as revelações do mundo fazem-se sempre recontadas pelo que já fora revelado pela religião de verdades atemporais. E esta perspectiva sempre carrega consigo a impossibilidade de absorção plena do novo, da idéia moderna de conhecimento científico enquanto acúmulo *progressivo* de contribuições individuais e coletivas. A ocorrência desta impossibilidade, aplicada à Geografia, é o que veremos nas linhas que seguem.

Principais autores da Geografia Medieval

Há, claramente, uma diversidade de temas e perspectivas que formam o conhecimento geográfico surgido no cenário medieval. Contudo, a fé cristã foi a unidade por detrás desta diversidade e, com toda certeza, o elemento delimitador das possibilidades de toda e qualquer conclusão a respeito do assunto. É o que demonstram os primeiros padres da Igreja Católica.

Nos primeiros séculos da era cristã, de acordo com Kimble (2000), estes diziam, tendo como base Sócrates, que a única busca frutífera é a que nos ensina os deveres morais e as esperanças religiosas. Estes primeiros padres medievais tomaram tal tipo de postura no sentido de atrelar diretamente o humano ao transcendente, rompendo com a diversidade da matéria. Nestes termos, como ressalta Kimble (2000), o espírito deve estar sujeito a Deus, o corpo ao espírito, sendo a organização do mundo subordinada aos interesses espirituais. Deus transcende todo o espaço criado. Contém, mas não se faz contido pelas formas corpóreas. Atingi-lo exige, assim, um certo nível de ruptura com o privilégio do empírico, com o privilégio do homem, este sim subordinado ao espaço:

Vós, porém, que viveis tão alto e tão perto de nós, tão escondido e tão presente, que não possuíis uns membros maiores e outros menores, mas estais todo em toda parte, não sois espaço nem sois certamente esta forma corpórea. Vós criastes o homem à vossa imagem e contudo ele, desde a cabeça aos pés, está contido no espaço (SANTO AGOSTINHO, 1999, P.149).

O espaço terrestre, objeto da Geografia, não encerra a existência de Deus. Portanto, para atingir Deus, devemos rompê-lo, transcendê-lo.

Carvalho (1994) destaca que no período medieval, enquanto obras importantes como a *Geografia* de Ptolomeu (Séc. I e II d.C) estiveram postas em um segundo plano, ocorreu a proliferação de uma perspectiva geográfica com base em mitos antigos e explicações religiosas. Isidoro de Sevilha, Orosius e Santo Agostinho, segundo a autora, elaboraram a Geografia de seu tempo de acordo com os preceitos religiosos dominantes. Por outro lado, obras pagãs como a *Collectanea Rerum Memorabilium*, de Solinus, bem como a *História Natural*, de Plínio, tiveram também forte influência sobre a Geografia Medieval, seja ela “cristã” ou leiga.

Kimble (2000) chega a ressaltar a incompatibilidade de uma Geografia produzida pelos teólogos frente ao real estado de coisas do mundo na época. Tais “geógrafos”, como ressalta o autor, nem chegaram a vislumbrar com a vista o tipo de saber que, em infindáveis páginas, *transcreviam* em seus livros.

Transcrita. Era este o tipo de Geografia que se produzia pelo desenrolar dos conteúdos dos livros sobre um mundo cujas evidências empíricas em muito destoavam daquilo que sobre ele se afirmava existir. Os especialistas, destaca Kimble (2000), eram desconhecidos. Como destaca Carvalho (1998) “o fato do saber medieval partir dos clássicos e ser reproduzido com certas liberdades, de acordo com o autor “copista”, levou mais à manutenção do que à inovação do conhecimento geográfico” (p.5).

Neste contexto, Orosius e Isidoro de Sevilha escreveram enciclopédias abrangendo quase todos os ramos do conhecimento, incluindo importantes relatos acerca do conhecimento geográfico do ecúmeno conhecido.

Orosius, um padre espanhol do século V, inspirado, pelo menos aparentemente em Santo Agostinho, de quem fora discípulo, foi citado por quase todos os enciclopedistas cristãos até 1300 d.C. Escreveu uma história do mundo, *De Civitate Dei*, e uma obra visando demonstrar a independência do cristianismo frente às calamidades que habitavam o mundo por sua época³: *Historia Adversum Paganos*.

³ A queda de Roma perante os godos em 410 d.C.

Apesar de seu método a-histórico, Kimble (2000) ressalta que tal obra possui um lúcido e quase bem informado capítulo introdutório sobre os países e nações do mundo de seu tempo. Há, em tal obra, uma considerável independência frente a Ptolomeu e Plínio, baseando-se em fontes anteriores, como Estrabão (KIMBLE, 2000).

Isidoro de Sevilha (600-636) foi o autor, segundo Kimble (2000), da mais representativa compilação da Idade Média. Nos vinte livros que compõem a sua *Etymologiae* ou *Origens*, tanto o décimo terceiro quanto o décimo quarto possuem importantes informações e discussões de caráter geográfico. O primeiro procura discutir o mundo como um todo, dissertando sobre a forma da Terra, ao passo que o segundo procura realizar uma divisão política do mundo conhecido.

Possuindo uma menor ortodoxia frente o saber pagão, Isidoro de Sevilha escreveu sua compilação tendo como base compilações anteriores, simplesmente redobrando sobre os antigos conhecimentos o tipo de crivo que forneceu a estas informações, mantendo em alta a sua popularidade até os séculos XIV e XV (KIMBLE, 2000).

Uma das características presentes ao longo de toda a história daquilo que se pode chamar de Geografia Medieval fez-se bastante presente em Isidoro de Sevilha. O plágio, a apropriação de certas informações que, além de não conterem a indicação das fontes, ainda, em alguns casos, era distorcida, moldada no esforço de retórica do autor. Foi assim que de acordo com Kimble (2000), parágrafos inteiros, em Isidoro, foram retirados de fontes pagãs sem que houvesse alusão às referências. Quanto às deturpações, temos que em sua *Etymologiae* os habitantes da Etiópia foram descritos com as mesmas palavras que Solinus usou para descrever os indianos.

A sua Geografia, como a que foi produzida por Orosius ou mesmo pelos padres posteriores, como Maur, Beda e Dicuil, foi construída muito mais pelo exercício de reprodução dos dizeres presentes nas autoridades do passado, inclusive daquelas representantes do saber pagão, do que tendo por base experiências vividas pelo próprio autor.

Assim, nos primeiros séculos do cristianismo – e cremos que esta é uma característica presente em todo o período da Idade Média

–, o trabalho da observação, de acordo com Kimble (2000) era rejeitado pela coleção e a análise; os experimentadores eram substituídos pelos comentadores. A história do espaço e do tempo era recontada de maneira circular. A reverência às autoridades, fontes luminosas de um passado adjetivado enquanto superior dada à sua proximidade com a obra primeira de Deus, com a Criação, parecia fazer do espaço passado enquanto um repositório de signos em que a linguagem de Deus neles imanente ainda não havia se perdido no fragmento da unidade primogênita que tomou curso coma história mundana. Assim, como destaca Foucault (1999) com relação ao tipo de *epistème* predominante até o século XVI,

[...] não há diferença entre essas marcas que Deus depositou sobre a superfície da Terra, para nos fazer conhecer os seus segredos interiores e as palavras legíveis que a Escritura ou os sábios da Antigüidade, esclarecidos por uma luz divina, depositaram nesses livros que a tradição salvou (p.46).

Em Anônimo de Ravena, de acordo com Kimble (2000), que viveu no século VII, a busca de conhecimento dos limites orientais era uma grande blasfêmia para os cristãos, pois as Escrituras não falavam em nenhum homem mortal que poderia penetrar no Paraíso secreto de Deus, protegido no extremo Oriente pela espada flamejante dos querubins. Limites do mundo e limites das Escrituras se confundiam na *geografia regional* da Idade Média. E isto era suficiente. Maur, que viveu entre os séculos VIII e IX veio a encontrar também nas Escrituras uma justificativa para a divisão da Terra em três partes:

E mais apropriada é a divisão da terra em três partes, pois foi favorecida com a fé da Santíssima Trindade e ensinada pelos Evangelhos, onde lemos as palavras do Salvador que o mundo é como um fermento que a mulher tomou e pôs em três medidas de alimentos até que tudo tivesse crescido. Isto é, a Santa Igreja na terra – que foi povoada pelos três filhos de Noé – fermentados pela doutrina dos Evangelhos, penetrará nos corações da fé, até que toda a humanidade seja convertida pela retidão e conhecimento espiritual para a adoração e o serviço de Deus (MAUR *apud* KIMBLE, 2000, p.43-44).

Na Idade Média, os três continentes – Europa, África e Ásia – eram também simbolizados pelas figuras dos três reis magos (TUCCI,

1984) e o fermento a que se referiu Maur aponta, no nosso ver, a necessidade de um único ponto de convergência da humanidade, opondo-se a todo o tipo de teoria poligenística acerca da propagação da vida. Tudo deriva da Criação, de um mundo não eterno que começou a se humanizar pelo foco primeiro de Adão e Eva.

Cosmas Indicopleustes (séc. VI), por seu turno, foi mais longe, negando toda e qualquer referência das autoridades pagãs. As Escrituras, segundo ele, são adequadas e proveitosas não somente enquanto doutrina, censura e instrução de retidão, mas também para o próprio conhecimento da Terra. Em sua *Topografia Cristã* há uma crítica, semelhante à feita por Lactâncio, acerca da controvertida questão dos antípodas, refutando os argumentos aristotélicos para a sua legitimação. Além do mais, se os apóstolos foram mandados a percorrer todo o mundo para pregar os Evangelhos a todas as criaturas, por que então não fizeram eles nenhuma alusão a uma parte da Terra como a dos antípodas? Justamente porque não existem estes antípodas (KIMBLE, 2000).

O que a riqueza de tais exemplos nos permite vislumbrar é que Orosius, Isidoro de Sevilha, Maur, Cosmas Indicopleustes e vários outros deste período da patrística que aqui não citamos, não detinham um conhecimento geográfico de acordo com o seu tempo, como o próprio Kimble (2000) afirma. Apenas reproduziam aquilo que encontravam nos livros e nas contribuições das autoridades do passado. Neste tipo de relação, o presente configurava-se de acordo com os traços do passado, imbricando, como já dissemos, a grafia do simbolismo bíblico com o mundo empírico dos fatos. Então,

A geografia era qualitativa. As pessoas das Índias eram vagarosas "porque se encontram no primeiro clima, no de Saturno; e Saturno é vagaroso e pouco se move"; já os europeus, um povo ativo, eram de uma região do sétimo clima, o da lua, que "circunda a Terra com mais rapidez que qualquer outro planeta". Até os pontos cardeais eram qualitativos. O Sul significava calor e estava associado à caridade e à Paixão de Cristo. O Leste, voltado para a localização do paraíso terrestre, o Éden, era especialmente poderoso e, por isso é que as igrejas tinham uma disposição Leste-Oeste, ficando a extremidade que interessa, o altar, no Leste. Os mapas-múndi eram desenhados com o Leste no alto. O "norte verdadeiro" ficava no Leste, princípio ao qual nos curvamos respeitosamente toda vez que nos "orientamos" (CROSBY, 1999, p.47).

Na própria situação de ameaça que estimulou a origem do modo de produção feudal, encontra-se uma certa explicação para este domínio do conteúdo dos livros sobre o próprio conteúdo do mundo. Houve, em virtude disso, uma maior preocupação em preservar os fragmentos de texto do que de enriquecê-los de fato e as velhas opiniões possuíram mais importância do que a própria realidade presente (KIMBLE, 2000). Daí a coleção e a análise serem enaltecidas em detrimento da própria observação. O mundo fechava-se em espelhos e neles as imagens foram depositadas por Deus indiretamente através das autoridades e pela própria autoridade máxima de que era revestida a Bíblia.

A palavra, como destaca Foucault (1999), restitui vida às linguagens adormecidas e o discurso dos antigos está ajustado às próprias coisas, sendo a verdade tão arcaica quanto a instituição de Deus. É este, inclusive, o significado da *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha: a busca de reestabelecimento da etimologia das palavras para se alcançar a verdadeira essência das coisas que elas designam (FRANCO JUNIOR, 1992). Cabe-nos, portanto, reaproximar-nos deste significado das coisas do mundo, fugindo do labiríntico jogo das sensações, açando a vista – a da alma – para o plano divino que nos livra a todos da transitoriedade do mundo.

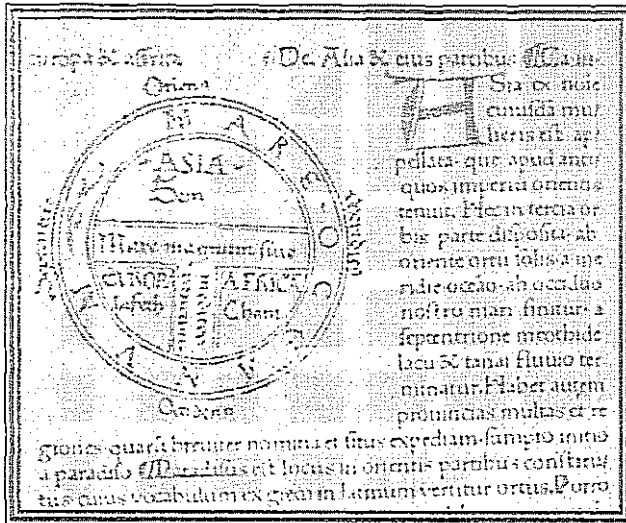
Os olhos da fé, portanto, dado o simbolismo que apreendem no mundo, relacionam-se não ao aprimorar do sentido para que ele se espelhe, pelo menos da maneira mais límpida possível, o que de *verdadeiro há no mundo*, nos lugares percorridos, na natureza observada. Não se transfiguram em um instrumento da inteligência, mas do indivíduo como um todo, incrustando no mundo todo o quadro cultural que alicerça o sujeito cognitivo, diluindo o particular, reduzindo-o ao contingente do absoluto explicitado por Deus. Os olhos da fé apreendem o mundo enquanto símbolo e, esta, é uma questão fundamental para se compreender a Geografia na Idade Média. É este tipo de relação com o empírico que levou Kimble a afirmar que:

A Geografia do século XIV é essencialmente a Geografia do século VIII e é, de fato, muito pouco diferente daquela do século XV, pois Colombo (como Alexander von Humboldt primeiramente observou) retirou muito de suas idéias de Pierre d'Ailly, que bebeu amplamente de Roger Bacon, que, por sua vez, foi fortemente influenciado pelos primeiros padres (2000, p. 56).

Conclui-se, portanto, que os geógrafos medievais construíram, basicamente, um saber simbólico-qualitativo, amparado nas máximas do cristianismo, dando legitimidade para a reprodução da estrutura econômico-social vigente, amparando-se nas autoridades do passado e na própria Escritura, descrevendo, muito pouco, o real estado empírico do mundo de seu tempo.

A cartografia medieval

Os chamados mapas TOs bem explicitam esta tomada do mundo enquanto símbolo. Em tais mapas, como ressalta Santos (2002), os fenômenos apresentados estão no interior de um círculo e o mundo se apresenta dividido em três partes distintas (Ásia, Europa e África). A Figura 1, datada de 1472, demonstra a estrutura típica de um mapa TO, representando o conteúdo cartográfico de Isidoro de Sevilha. O detalhe fica por conta que tal mapa é o primeiro definitivamente impresso de que se tem notícia.



Fonte: www.artehistoria.com.

Figura 1 - Isidoro de Sevilha. Mapa mundi tripartido (TO). Este é o primeiro mapa impresso na Europa, datado de 1472.

Estas três partes ilustradas no mapa TO encontram uma justificativa na Santíssima Trindade, nos três reis magos (TUCCI, 1984) e na própria divisão bíblica que Noé fez entre os seus filhos Sem, Cam e Jafé (SANTOS, 2002), justificativa esta que se coloca fundamental, uma vez dada a necessidade de similitude entre o conteúdo do mundo e o significado oculto das Escrituras.

Tais mapas, segue explicando Santos (2002), não indicam lugares, caminhos ou qualquer referência toponímica, demonstrando, nesta perspectiva, uma ruptura com relação à tradição cartográfica antiga, principalmente da advinda de Ptolomeu, preocupada com a precisão geométrica e toponímica de suas construções. Desta feita, tais mapas, gerados no ambiente da patrística, antes de buscarem um distanciamento entre imaginação, especulação religiosa e mundo empírico, constituíram-se muito mais em esquemas simples, projetados para ilustrar textos litúrgicos ou livros sagrados (SANTOS, 2002). Assim,

Torna-se necessário ter presente que durante muitos séculos – tanto na tradição ocidental como na de outras religiões – os habituais mapas do mundo não foram um produto do empirismo geográfico. Regra geral, inspiraram-se em especulações cosmológicas e, excluindo os impedimentos devido ao escasso desenvolvimento do saber astronômico e matemático, só vagamente elaboraram dados concretos e nem se preocuparam muito em oferecer uma representação verdadeira das configurações geográficas. [...] os mapas do mundo codificavam uma representação mediata da superfície terrestre, expressa através de formas simbólicas pertencentes à religião oficial e à cultura de grupos dominantes, com significações e finalidades várias (TUCCI, 1984, p.137).

A abstração cartográfica do espaço na Idade Média assume, portanto, um caráter alegórico, com ocasionais referências à verdadeira grafia do empírico, apresentando, segundo Tucci (1984) uma intencionalidade simbólica, constituindo a representação enquanto um repositório de valores, de significações religiosas que introduzem na finitude da matéria, no corruptível e labiríntico mundo dos sentidos, os traços do infinito, da transcendência e, ao mesmo tempo, participação de Deus em nosso mundo. O flagelo dos sentidos, que constitui parte das 70 enfermidades depositadas em Adão por Deus, após o pecado original, de acordo com a versão

grega da vida de Adão e Eva, reflete esta impossibilidade de apreensão do estado de forças ocultas que se situa por detrás das aparências do mundo empírico. São Paulo, inclusive, ficou cego, para que elevasse a sua compreensão que, antes disso, estava verdadeiramente presa em trevas (FRANCO JUNIOR, 1992)⁴.

É este o verdadeiro sentido da atitude simbólica de tais mapas: expressão imprescindível na linguagem das metáforas, nas comparações, transposições e que o espírito humano, como requer Clemente de Alexandria, não pode expressar-se com propriedade usando os conceitos com o seu uso exclusivamente material (SANTOS, 1959). O símbolo, nestes termos, constitui-se na linguagem do operatorialmente inexprimível, como ressalta Santos (1959), e a expressão direta do mundo empírico sobre os sentidos era, nestes termos, uma sombra bastante tênue de um mundo de significações mais amplas. Tal mundo está encortinado para os que se paralisam em sua manifestação material primeira.

Nestes termos, tais mapas medievais pretendiam promover muito mais uma matéria de reflexão do que um instrumento operativo, transparecendo uma aspiração a uma realidade espiritual bem mais plena e significativa do que a realidade contingente (TUCCI, 1984). A fuga do cotidiano, emblema do maravilhoso, das utopias medievais como a Cocanha⁵ e o Paraíso, parece, também, encontrar significação em tais mapas, que verticalizam a relação da finitude com o transcendente, preenchendo a afetividade de significados.

⁴ Neste sentido, Santo Agostinho, Santo Anselmo, São Bernardo (1090-1153) e Santo Tomás de Aquino concordam, segundo Franco Junior (1992) que o homem, criatura exilada no mundo, não é senão um doente que se precisa curar, um morto, pela Queda, que se faz necessário ressuscitar.

⁵ Em seu livro de contos e lendas da Europa Medieval, Massardier (2002), nos oferece uma boa impressão acerca de conteúdos que fizeram da Cocanha uma utopia da abundância em meio ao árido cotidiano camponês. *"Jacques... Eu me chamo Jacques... Onde estamos? No Paraíso? Será que eu morri? No entanto você não se parece nem um pouco com os unjos que nosso vigário descreveu." A pergunta diverte ainda mais Bonvivant. "No Paraíso, no Paraíso... Há há há! Que nada, o Paraíso é uma charice. Sem falar, meu amigo, que o regime alimentar de lá é rigoroso demais: só água e frutas, nada de vinho nem doces...Hum...Prove só este aqui!" Jacques arregala os olhos: o homem acaba de engolir um pedaço do parapeto da ponte, no qual se debruçava. Jacques se aproxima, chéira, prova por sua vez, depois mete os dentes na ponte. "Quem diria! Hum...é...é de..."...pão de mel. Bem vindo à Cocanha, que nenhuma outra terra é capaz de igualar (Com um gesto amplo, Bonvivant designa os arredores.) Aqui abundam as coisas boas, sem que ninguém precise semear para colher. Nunca tem inverno nem geada, nunca tem seca nem fome. E nenhum senhor vem roubar nossos celeiros nem devastar nossas plantações. Venha, você será muito convidado! Até chegar à minha casa, terá oportunidades de sobra para maravilhar-se e...deliciar-se!"(p.30-1).* Segue, assim, a personagem Jacques, pobre camponês, no mundo dos sonhos, sob a companhia de Bonvivant, até que a sua mulher o desperte para a frágil realidade cotidiana das relações de servidão.

Em tal plano discursivo, segundo Santos (2002), não há o objetivo de conferir ao pensamento qualquer tipo de legitimidade, tornando-se operacional para a cotidianidade.

[...] o saber se há ou não antípodas, se a terra é ou não redonda, se o paraíso fica ou não no extremo leste do ecúmeno, de forma alguma pode ser transformado em um saber operativo (técnico) mas, de uma maneira ou de outra, é um discurso justificador, que se fundamenta nas expressões materiais de um novo mundo (Lactâncio e Santo Agostinho) que, paulatinamente, substitui as relações dadas pelo Império Romano e procura dar um sentido lógico para a sua continuidade (p.38).

A construção de tais mapas obedece, em um primeiro plano, não a uma metodologia e problemas exclusivamente geométricos e astronômicos, mas constitui-se, fundamentalmente, no próprio valor cultural que a cartografia assumiu em diferentes sociedades, como bem destaca Tucci (1984). Portanto, o mapa medieval não precisa demonstrar os lugares em suas determinações geométricas e matemáticas, segundo Santos (2002), mas o lugar outro, o *u-topos*, implicando, fundamentalmente, na garantia de manutenção das relações dadas, o caminho de transformação da carne em espírito, do esforço em descanso, da aridez presente no cotidiano em uma fluidez surgida pela eternidade paradisíaca.

Na baixa Idade Média, entretanto, as cartas náuticas e os mapas regionais, dado o seu caráter prático, se baseavam em informações e observações concretas, constituindo, desta feita, o tipo de separação entre o saber desenvolvido através das necessidades cotidianas e a oficialidade religiosa, revestida pelo saber teológico. Santos (2002) destaca que, em pleno século XIII, a Carta-Portulano⁶ já se fazia existente entre os genoveses, visando responder a um novo contexto de necessidades, inspirando-se na

⁶ Marques *apud* Santos (2002) esclarece o perfil de tal carta: *a carta portulano como técnica da cartografia articula-se com a náutica utilizada no Mediterrâneo: a chamada navegação de rumo e estima. Trata-se de uma marinharia que emprega como principais meios somente a bússola ("agulha de marear") e a carta ("carta portulano"), sem utilização de observações e instrumentos astronômicos para determinação de coordenadas geográficas, mormente a latitude. Por isso a carta-portulano, usualmente desenhada sobre pergaminho, está coberta por uma característica rede de linhas de rumo, estendendo-se a partir de um ou dois, e mais tarde mais, centros de construção (que depois serão as rosas-dos-ventos). O piloto utilizava a linha de rumo escolhida na carta e definida com a bússola, limitando-se a mantê-la* (p.p.53).

experiência efetiva. avultando um estridente vínculo entre teoria e prática. Aqui, já há a emergência de rupturas, de fuga do absoluto religioso. Contudo, voltemos, agora, à Geografia livresca, transcrita, de que falávamos em alusão ao saber “oficial” do período medieval.

A utopia do Paraíso

Extremo Oriente. Lá, de acordo com o relato do *Gênesis*, encontra-se o Paraíso⁷. Fechado ao homem desde o pecado original significa, durante o transcorrer da Idade Média, a possibilidade de reencontro com cinco características materiais somente parcialmente presentes em nosso mundo: natureza pródiga, saúde, harmonia, imortalidade e unidade (FRANCO JUNIOR, 1992).

Para alguns, de acordo com Franco Junior (1992), o Éden e o reino dos céus se confundiam e a expulsão de Adão deixaria o lugar vazio, esperando pelos eleitos; outros, no transcorrer da Idade Média, tomavam o paraíso enquanto o lugar provisório onde as almas dos justos esperariam o momento da ressurreição. Há, também, um terceiro grupo que o toma enquanto lugar definitivo da beatitude.

Dentro da variedade de temas e interpretações que se enredam ao tema do paraíso, a nós interessa o cenário que vislumbra a sua existência *concreta* na Geografia Medieval, vinculando-se ao tipo de perspectiva do maravilhoso e do simbólico.

Significação para uma vida, preenchendo-a, pelo menos nos termos da perspectiva, de possibilidades que rompem com um árido cotidiano. Esta, talvez, seja a maior fonte de estímulos para a busca de um lugar que somente se vivifica nas aspirações populares, nos sonhos de uma experiência mística e de provação e que, em todo o seu simbolismo, ganhou existência nas representações cartográficas

⁷ Etimologicamente, o vínculo entre Jardim do Éden e Paraíso se deu da seguinte forma: *Deus colocou o homem que modelara em um paradísus, diz a vulgata, aceitando a tradução grega que falara em parádeisos. Palavra derivada do persa pairidaeza. Éden designava originalmente uma localização imprecisa, talvez oriunda do termo arcádico Edinu, plantie, mas devido à semelhança sonora com outra palavra hebraica significando delicias, passou a ser entendida nesse sentido pelos israelitas e pelos cristãos* (FRANCO JUNIOR, 1992, p.115).

medievais, cristalizando, como destaca Boorstin *apud* Carvalho (1994), o dogma cristão e a tradição bíblica. Assim,

entre o desejo e a lenda, um primeiro passo. Entre a lenda transmitida oralmente, por vezes assumindo forma literária, e a tentativa de relacioná-la a lugares concretos ou procurá-los na superfície terrestre, o segundo passo foi dado. O terceiro seria cartografar o imaginado (CARVALHO, 1994, p.232).

Isidoro de Sevilha, em sua *Etymologiae*, seguindo a tradição bíblica, situou o Paraíso na *parte leste*, tendo o seu nome traduzido do grego para o latim *hortus*, que significa *jardim*. Segundo Isidoro, em hebraico o Paraíso é identificado com Éden, *Deliciae*. Unindo os significados, temos Jardim das Delícias, *onde existe toda a sorte de madeiras e árvores frutíferas, tendo também a árvore da vida. Lá não existe frio ou calor, mas uma contínua temperatura de primavera* (SEVILHA *apud* KIMBLE, 2000, p.34).

Se aquele que Kimble chama de o maior dos geógrafos da Idade Média, que estendeu a sua influência até o século XV sobre o *Imago Mundi* de Pierre D'Ailly^b, dava, em sua principal obra, veracidade geográfica para o Paraíso, colocando-o em seu mapa-múndi, podemos, tranqüilamente, imaginar a importância do lugar – ou não lugar – sobre o imaginário medieval.

Carvalho (1994) destaca, na Idade Média, os inúmeros relatos de homens que teriam chegado até o Paraíso. São Brandão (484-578) teria atingido o paraíso, segundo lenda popular, ao chegar em uma ilha ocidental enevoada, navegando através do Oceano Atlântico, em uma porção bastante inacessível.

A utopia do paraíso representa, desta maneira, uma imaginação histórica que nega a história, sendo, neste sentido, como aponta Franco Junior (1992), expressão de desejos coletivos de perfeição, de retorno até uma situação primordial, sendo, no caso específico da Idade Média, bastante rica na presença de componentes míticos que equacionam as grandes questões espirituais e materiais da sociedade sem a pretensão de solucioná-las.

^b Este sendo bastante influente na empresa de Colombo, como aponta o próprio Kimble (2000)
^c Giucci (1992)

Chauí (1998) destaca a exaltação de um tempo e de um espaço perfeitos, onde Deus se torna para sempre manifesto, orientando o saber e seu avanço, a justiça, a paz e a felicidade, implicando na dissolução da barreira entre o sagrado e o profano. A Idade de Ouro, ela mesma uma utopia do tempo, põe-se enquanto condição necessária, se reestabelecida, para que o estado de coisas do mundo caminhe da imperfeição para a absoluta perfeição primeira. O Paraíso, nesta perspectiva, representa tais aspirações, constituindo-se, como ressalta Franco Junior (1992), em uma utopia da abundância.

Considerações Finais

Sendo a religião a base do conhecimento medieval, a sua incidência sobre o saber geográfico não poderia ser diferente da ocorrida frente a outros saberes. Se na Antigüidade, a Geografia produzida no Ocidente detinha uma função prática, narrando, para fins políticos, comerciais, os conteúdos de diferentes porções do ecúmeno, ou medindo-as em uma perspectiva matemático-astronômica, como as contribuições de Eratóstenes (275-194 a.C) Ptolomeu (100 d.C-) demonstraram, na Idade Média o mesmo não ocorreu. As informações sobre o mundo conhecido ou mesmo a sua representação cartográfica, recebiam, sempre, a intervenção do saber religioso predominante no período, destituindo o conhecimento geográfico de uma atualização histórica, de uma veracidade empírica. Mais do que tudo, tal conhecimento deveria ser objeto de uma contemplação interior que desligasse o sujeito, à maneira agostiniana, do mundo dos sentidos, re-ligando-o a Deus. A informação geográfica deveria ser lembrança também dos dizeres do passado e, por conseqüência, instrumento para a manutenção das relações econômico-sociais vigentes no período. A relação de alteridade entre sujeito e objeto, base na fundamentação da Ciência Moderna, estava longe de existir no período aqui focado. Como os relatos das peregrinações citados na *introdução* demonstram, o conhecimento geográfico fora formulado em tom de exegese. *Via-se o que fora lido, ouvido*. Não havia espaço para o novo, ou pelo menos para uma transformação radical que fizesse transbordar o conhecimento para além do intocável terreno do dogma religioso. Somente uma novidade estrondosa poria por terra tamanha audácia

de se tentar estreitar os limites do mundo aos ditames do que fora escrito e *revelado*. Em 1492, um navegador genovês traria tal novidade estrondosa aos europeus. Mas, leitor de Isidoro de Sevilha, do profeta Isaías e outros textos tipicamente medievais, teve, este audacioso navegador, muita dificuldade em entender os significados de um novo continente que aparecia vivido diante dos seus olhos. Contudo, isso já é uma outra história...

Referências

- CARVALHO, Márcia Siqueira de. Geografia e utopias medievais. In: *Semina: Ci.Soc./Hum.* Londrina, v.15, n.3, set. 1994, p.223-238
- CARVALHO, Márcia Siqueira de. Geografia e Imaginário na Idade Média. In: *RAE'GA* (Boletim do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná). Ano 1, n.1. 1998. p.p.45-60
- CHAUÍ, Marilena. Profecias e tempo do fim. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Col. Brasil 500 anos)
- CROSBY, Alfred W. *A mensuração da realidade: quantificação e sociedade ocidental 1250-1600*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Col. Tópicos)
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HIRSCHBERGER, Johannes. *História da Filosofia na Idade Média*. Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Herder, 1959.
- KIMBLE, G. H. T. *A Geografia na Idade Média*. Trad. Márcia Siqueira de Carvallho. Londrina: Ed. da UEL, 2000.
- MASSARDIER, Gilles. *Contos e lendas da Europa Medieval*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores)

SANTOS, Mário Ferreira dos. Tratado de Simbólica. In: SANTOS, Mário Ferreira dos. **Enciclopédia das ciências filosóficas e sociais**. 2.ed. São Paulo: Logos, 1959.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção de uma categoria**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

TATHAN, George. **A Geografia no século XIX**. In: Rev Boletim Geográfico, n. 18 (157), julho/agosto de 1960, p.551-73.

TUCCI, Ugo. Atlas. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.130-157.

Recebido: 12-04-2006

Aprovado: 07-07-2006